

A intolerância ameaça o Peti

Lúcia Vânia,

Senadora pelo PSDB-GO e presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O Brasil está reagindo para impedir que o trabalho de quase uma década seja desmantelado por incapacidade de gestão e divergências políticas miúdas. Desde o início de meu mandato no Senado Federal, tenho alertado para a avaliação equivocada que o governo Lula faz do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Sobrou má vontade para estabelecer novos parâmetros, ampliar o número de bolsas e manter em dia os repasses às prefeituras.

Foram nove anos em defesa do Peti. Foi um trabalho árduo, de paixão e total comprometimento de uma equipe competente e dedicada. Conseguimos vencer as restrições da área econômica. Enfrentamos resistências políticas e culturais. Percorremos o país para envolver prefeitos e a sociedade e conseguimos conquistar apoio de empresários, das centrais sindicais e da mídia.

Em 1996, na primeira experiência nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, concedemos a Bolsa- Criança Cidadã. Mas constatamos que as crianças voltavam ao trabalho no horário livre. Estabelecemos, então, um repasse de recursos para que os municípios pudessem proporcionar uma jornada ampliada com reforço escolar e atividades de esporte, lazer e cultura. E também oferecemos requalificação profissional aos pais e mães.

A jornada ampliada, com oferta de atividades extracurriculares, é o que combate efetivamente o trabalho infantil e eleva o nível educacional a um custo muito baixo. Nisso o Peti se distingue do Bolsa- Escola e do Bolsa-Família, que apenas transferem renda. O objetivo é recuperar a auto-estima da família e valorizar a educação. Escola em tempo integral, com diversidade de atividades físicas, culturais e de lazer é receita adotada por todos os países que apostaram na educação com foco no desenvolvimento.

Combater o trabalho infantil é um compromisso assumido pelo Brasil desde 1999, quando aprovamos no Congresso Nacional as convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho, que definem a idade mínima para trabalhar, proíbem formas degradantes

do trabalho infantil e propõem ações para a sua eliminação. Levamos a Oslo, na Noruega, a proposta brasileira aos países que integram a OIT e recebemos aplausos pela formulação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Na prática, a população reconhece a importância do programa e pressiona os prefeitos para ampliar o número de bolsas. Mas, no ano passado, o Peti atendeu apenas a 866 mil crianças, com o mesmo número de bolsas de 2002, desconsiderando o crescimento populacional e o aumento do desemprego. Enquanto a queda de renda levou muitas famílias a colocar os filhos no mercado de trabalho, não houve reajuste das bolsas que continuaram no valor de R\$ 25 na zona rural e R\$ 40 nas cidades.

O Peti ficou de fora da unificação dos programas sociais no Bolsa-Família, medida acertada pelas especificidades do programa, que exige contrapartidas municipais. Por isso mesmo, alguns prefeitos preferem a Bolsa-Escola, já que não implica obrigações ou fiscalização.

Administrado por um ministério durante meses na mira da reforma, o Peti ficou “esquecido” durante o ano. Por inexperiência ou aparelhamento da administração pública, o governo sistematicamente atrasou o repasse de recursos às prefeituras. Em janeiro, denunciei que o Peti sofreria cortes orçamentários de 82% no Plano Plurianual de 2004/2007, sem imaginar que um contingenciamento estava a caminho.

Ainda que o PT tenha outras idéias para erradicar o trabalho infantil, o Peti se coloca acima dos partidos, com uma história consolidada de mobilização de centenas de organizações não-governamentais, inclusive religiosas. E tem o aval do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, da Organização Internacional do Trabalho e do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Mesmo que o governo recue nos cortes previstos, como foi anunciado, o resultado do abandono do Peti é previsível: a volta das crianças às carvoarias, lixões e pedreiras, entidades enfraquecidas e esfacelamento das atividades de combate ao trabalho infantil. É lamentável o desperdício de tempo e de recursos públicos até azeitar de novo a burocracia. A grande esperança de que manter as crianças na escola fosse uma prioridade para o PT fica frustrada diante do descaso com um instrumento eficaz à luta contra a exploração da mão-de-obra infantil.

(Correio Braziliense - 14/2)